

Tiago Rios Coster

Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Especialista em Direito Tributário pelo INEJE/FBT.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Advogado.

Retrospectividade no Direito Tributário Brasileiro

Série Doutrina Tributária Vol. XL

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

São Paulo – 2021

© Tiago Rios Coster

Todos os direitos desta edição reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 290 – 7º andar – conjuntos 71 e 72

CEP 01318-902 – São Paulo – Fone/Fax: (11) 3105-8206

e-mail: ibdt@ibdt.org.br site: www.ibdt.org.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira

Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri

Diretor Administrativo: João Francisco Bianco

Diretor Financeiro: Rodrigo Maito da Silveira

Diretores Executivos: Fernando Aurelio Zilveti e Luís Flávio Neto

Conselho Deliberativo: Bruno Fajersztajn, Fabiana Carsoni Alves F. da Silva, Humberto Bergmann Ávila, José Maria Arruda de Andrade, Mara Eugênia Buonanno Caramico, Martha Toribio Leão, Paulo Victor Vieira da Rocha, Ricardo Maito da Silveira e Victor Borges Polizelli

Conselho Editorial Nacional: Fernando Aurelio Zilveti (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Humberto Ávila (Universidade de São Paulo/SP e Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS), João Francisco Bianco (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Luís Eduardo Schoueri (Universidade de São Paulo/SP), Paulo Celso Bergstrom Bonilha (Universidade de São Paulo/SP), Ricardo Mariz de Oliveira (Instituto Brasileiro de Direito Tributário/SP), Roberto Ferraz (Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PR), Roberto Quiroga Mosquera (Universidade de São Paulo/SP) e Walter Piva Rodrigues (Universidade de São Paulo/SP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COSTER, Tiago Rios

C88r Retrospectividade no direito tributário brasileiro. –
São Paulo, SP: IBDT, 2021 (Série Doutrina Tributária, 40).

224 p. : 14 x 21 cm.

ISBN 978-65-86252-31-6

- | | | |
|-----------------------|--------------------------|--------------|
| 1. Direito Tributário | 2. Retrospectividade | |
| 3. Retroatividade | 4. Legislação tributária | 5. Brasil |
| I. Tiago Rios Coster | II. IBDT | III. Título. |

DORIS 341.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário : Brasil
2. Retrospectividade : Brasil
3. Retroatividade : Brasil
4. Legislação tributária : Brasil

Revisão: Carolina Mihoko Massanhi / Edição: Nelson Mitsuhashi

Impressão e acabamento: Edições Loyola

Sumário

Agradecimentos	5
Prefácio	9
Introdução	21

Capítulo 1

Definição e Conteúdo de Retrospectividade

1.1. Considerações iniciais: retrospectividade como um problema de Direito Intertemporal	32
1.2. Definição de retroatividade e retrospectividade	37
1.2.1. Definição de retroatividade	38
1.2.2. Definição de retrospectividade	42
1.2.3. Obstáculos encontrados ao se buscar uma definição geral de retrospectividade	49
1.2.3.1. O problema referente aos termos utilizados	49
1.2.3.2. O problema da distinção entre os fenômenos	52
1.2.4. Graus de retroatividade e sua relação com a retrospectividade	54
1.3. A origem da teoria da irretroatividade das normas e os reflexos sobre a retrospectividade	58
1.3.1. Teorias subjetiva e objetiva	58
1.4. Críticas à distinção entre retroatividade e retrospectividade	62
1.5. A retrospectividade enquanto objeto de tratamento normativo	66

Capítulo 2

Fundamentos da Proibição de Efeitos Retrospectivos da Legislação Tributária

2.1. Considerações iniciais: o fato gerador ocorrido e a teoria da irretroatividade	69
2.2. Fundamentos para a proibição de efeitos retrospectivos	74
2.2.1. Primeira alternativa interpretativa: a CF/1988 veda apenas os efeitos retroativos da legislação tributária	74
2.2.1.1. Conteúdo	74
2.2.1.2. Crítica	80
2.2.2. Segunda alternativa interpretativa: os efeitos retrospectivos da legislação tributária são vedados em razão de fundamentos indiretos do ordenamento	81

2.2.2.1. Conteúdo.....	81
2.2.2.1.1. O princípio do Estado de Direito.....	86
2.2.2.1.2. Os princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança	91
2.2.2.1.3. Os direitos fundamentais de liberdade, dignidade da pessoa humana e propriedade	98
2.2.2.1.4. O princípio da isonomia	105
2.2.2.1.5. Os princípios da moralidade e da boa-fé	110
2.2.2.2. Crítica.....	112
2.2.3. Terceira alternativa interpretativa: a regra do art. 150, III, a, da CF/1988 abarca também os casos de retrospectividade (conceito de “retroatividade material”)	113
2.2.3.1. Conteúdo.....	113
2.2.3.2. Crítica.....	119
2.3. Considerações parciais	131

Capítulo 3

A Eficácia da Proteção Contra a Retrospectividade da Legislação Tributária

3.1. Considerações iniciais: a natureza principiológica da vedação de retrospectividade e suas implicações para a proteção dos contribuintes	134
3.2. A ponderação entre os ideais de estabilidade e desenvolvimento do ordenamento	142
3.3. Sobre as “razões de ordem pública” e a modificação do ordenamento.....	147
3.4. A ponderação entre o interesse público e o interesse particular nos casos de retrospectividade da legislação tributária.....	152
3.4.1. Sobre o modo de aplicação do princípio da proteção à confiança	155
3.4.1.1. Critérios de aplicação do princípio da proteção à confiança.....	157
3.4.1.2. O inter-relacionamento entre os critérios aplicativos e a efetiva proteção à confiança..	180
3.5. O caso dos “tributos de período” e a Súmula 584 do Supremo Tribunal Federal.....	190
Considerações finais	203
Referências	217